



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba  
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

## APÊNDICE - ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

**PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) n.º 90006/2024**  
(Processo Administrativo n.º 23381.000960.2024-13)

# Estudo Técnico Preliminar 9/2024

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 23381.000960.2024-13

## 2. Descrição da necessidade

2.1. Este documento tem por objetivo concretizar os estudos técnicos preliminares visando subsidiar à contratação de solução, mensurando os riscos, determinando as estratégias, fornecendo subsídios para a elaboração do Termo de Referência e, bem como, definir um plano de sustentação para a solução demandada.

2.2. O estudo, aqui apresentado, recai sobre a realização de licitação, centralizada, com o intuito de proceder com a contratação de serviços de fretamento, sob demanda, de veículos automotores, para fins de atendimento as necessidades institucionais, identificando e analisando os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Formalização da Demanda - DFD, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

2.3. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) vem enfrentando dificuldades logísticas para atender às demandas, crescentes, institucionais que requerem transporte de seus colaboradores, estudantes e materiais para eventos, atividades de campo, visitas técnicas, entre outros compromissos.

2.4. A falta de um serviço de transporte ágil, eficiente e sob demanda acarreta diversos problemas, como atrasos em compromissos institucionais, impossibilidade de participação em eventos acadêmicos e científicos, além de dificuldades no transporte de materiais e equipamentos necessários para o desenvolvimento das atividades do IFPB.

2.5. Diante desse cenário, almeja-se contratar serviços de fretamento sob demanda de veículos automotores para atender de forma eficaz e flexível às necessidades logísticas do IFPB.

2.6. Entre os benefícios esperados com a implementação deste serviço, destacam-se:

**Agilidade:** Ter à disposição veículos prontos para atender demandas imediatas do instituto, garantindo a pontualidade e a eficiência nas atividades programadas.

**Flexibilidade:** Adaptar o serviço de transporte de acordo com as demandas específicas do IFPB, seja para transporte de pessoas ou materiais, em eventos, visitas técnicas, ou atividades de campo.

**Redução de Custos:** A contratação de serviços de fretamento sob demanda possibilita uma melhor gestão de custos, uma vez que os veículos serão

utilizados apenas quando necessário, evitando gastos desnecessários com frota própria ou contratos fixos de transporte.

2.7. Logo, a contratação de serviços de fretamento sob demanda de veículos automotores mostra-se uma medida essencial para garantir a eficiência e a qualidade das atividades institucionais do IFPB, contribuindo para o cumprimento de sua missão acadêmica, científica e tecnológica.

2.8. Tal estudo técnico preliminar contém as informações necessárias para atendimento às disposições do art. 8º, Instrução Normativa SG/SEDGGD/ME n.º 58, de 8 de agosto de 2022.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Comunicação, Manutenção e Logística	JOÃO MIGUEL NETO

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. São requisitos essenciais à prestação dos serviços objeto da presente contratação:

4.1.1. Para a prestação dos serviços objeto do presente instrumento, é de inteira responsabilidade da CONTRATADA atender toda a legislação vigente e atualizada, cumprir com todas as documentações regulamentadas nas resoluções, normas técnicas vigentes e atualizadas relacionadas com o Código de Trânsito Brasileiro, licenças, guias de transporte e autorizações, que regulamentam viagens municipais, intermunicipais, interestaduais, ou até mesmo internacionais, junto aos órgãos competentes, e garantir aos passageiros o seguro obrigatório.

4.1.2. A CONTRATADA deverá executar o objeto, regularmente na Unidade da Federação em que estiver localizada a sede CONTRATANTE, e, eventualmente, em qualquer lugar do Brasil;

4.1.3. A CONTRATADA deverá ter condições de assumir todas as responsabilidades jurídicas, técnicas, fiscais, administrativas e operacionais, inclusive arcar com as obrigações de seus funcionários, com o fornecimento de veículos e a prestação dos serviços estabelecidos na contratação;

4.1.4. Deverá possuir funcionários com capacidade de atender as demandas administrativas exigidas na prestação dos serviços, estando apta a capacitar seus funcionários ou o que melhor couber, para atender às especificidades da contratação;

4.1.5. Manter um preposto, comunicável e com competência de decisão administrativa a disposição de seus funcionários e da CONTRATANTE, no mínimo em horário comercial para eventuais ocorrências de interesse da CONTRATANTE;

4.1.6. Possuir e manter um sistema (informatizado ou telefônico) em funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia, nos 7 (sete) dias da semana, para possibilitar a abertura de chamados ordinários e emergenciais;

4.1.7. Ter a capacidade de efetuar a substituição dos veículos, conforme regras da licitação, nos casos de avaria, defeito ou desgaste avançado;

4.1.8. A CONTRATADA e sua equipe deverá manter o sigilo e integridade das informações a que estiver acesso da CONTRATANTE, sob pena dos responsáveis responderem no âmbito administrativo, cível e penal;

4.1.9. A contratada deverá se comprometer contratualmente a atender a todos os requisitos de qualidade e sustentabilidade estabelecidos, sob pena de sanções contratuais em caso de descumprimento.

4.1.10. Além do atendimento aos requisitos de regularidades jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária e da qualificação econômico-financeira necessárias à contratação com a Administração Pública federal, a empresa a ser contratada deverá comprovar, ainda, qualificação técnica para o atendimento da necessidade da Contratante;

4.1.11. Padrões Mínimos de Qualidade:

- i. Veículos em Condições Adequadas: Todos os veículos utilizados devem estar em perfeitas condições de funcionamento, de acordo com as normas de segurança estabelecidas pelo Contran (Conselho Nacional de Trânsito).
- ii. Motoristas Habilitados e Treinados: A contratada deve disponibilizar motoristas devidamente habilitados e capacitados, garantindo segurança e conforto durante o transporte.
- iii. Manutenção Regular da Frota: A empresa contratada deve realizar manutenções periódicas em sua frota, assegurando a disponibilidade dos veículos conforme a demanda do IFPB.

4.1.12. Os requisitos de qualidade mencionados acima devem ser claramente especificados no edital de contratação, detalhando as características dos veículos, as qualificações dos motoristas e as práticas ambientais que serão exigidas da contratada.

4.1.13. São Premissas da Contratação:

- i. uniformização de procedimentos;
- ii. racionalização do processo licitatório inerente à contratação;

- iii. busca de qualidade e melhores custos para a Administração;
  - iv. padronização das descrições, requisitos e valores dos serviços; e
  - v. melhoria contínua na abordagem e na sistematização de execução dos serviços, com vistas ao alcance de maior eficiência e eficácia.
- 4.1.14. O planejamento da contratação será gerido pela Diretoria de Compras, Contratos e Licitações, por equipe designada e tem como escopo e diretrizes:
- i. atendimento às demandas institucionais;
  - ii. identificação de boas práticas realizadas pela APF na contratação de serviços demandados;
  - iii. identificação das oportunidades de padronização de serviços, como forma de alavancar as contratações correlatas;
  - iv. formulação da estratégia para atuação centralizada;
  - v. identificação das informações de serviço (benchmarking, coleta de dados da APF);
  - vi. elaboração de estratégia para realização de análise de risco;
  - vii. precificação da prestação do serviço;
  - viii. aumento da produtividade e qualidade dos serviços;
  - ix. elaboração das especificações das soluções pertinentes ao escopo do projeto;
  - x. levantamento de demanda por meio de procedimento de Intenção de Registro de Preços; e
  - xi. processo licitatório e gestão de atas centralizados pela unidade Gerenciadora.
- 4.1.15. Dos Requisitos Específicos:
- 4.1.15.1. Executar os serviços contratados, a partir da assinatura do Contrato, informando, em tempo hábil, qualquer motivo que a impossibilite de assumir as atividades conforme o estabelecido;
  - 4.1.15.2. Utilizar veículos que deverão ser mantidos em perfeito estado de conservação, limpeza e segurança e portar os equipamentos obrigatórios exigidos pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN;
  - 4.1.15.3. O transporte interestadual de passageiros sob a forma de fretamento dependerá de autorização da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), conforme dispõe o art. 4º do Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002;

4.1.15.4. Responsabilizar-se por todas as despesas de manutenção, licenciamento, seguro e outras que incidam direta ou indiretamente sobre os serviços contratados, inclusive as relativas a pedágios e estacionamento;

4.1.15.5. Responsabilizar-se por todas as despesas com multas de trânsito, taxas, impostos e outras que venham a ser determinadas pela legislação pertinente;

4.1.15.6. Responsabilizar-se pelas despesas de hospedagem e de alimentação dos motoristas que, quando necessário, deverão correr por conta da(s) empresa(s) contratada(s);

4.1.15.7. Empregar, na especificação dos serviços, profissionais detentores de Carteira Nacional de Habilitação Categoria D ou superior, com observação EAR (Exerce Atividade Remunerada), além de Certificado de conclusão de curso especializado condutores de Veículos de Transporte Coletivo de Passageiros, conforme a Resolução Contran n.º 168/2004 e que possuam no mínimo, 2 (dois) anos de experiência profissional em condução de veículos de transporte de passageiros ou cargas e que não tenham registro na carteira de habilitação, de falta grave e ou gravíssima, nos 12 (doze) meses antecedentes à contratação;

4.1.15.8. O(s) veículo(s) - TIPO VAN EXECUTIVA - deverá(ão) estar em perfeito estado de conservação e limpeza e ter, no máximo, 5 (cinco) anos de fabricação;

4.1.15.9. O(s) veículo(s) - TIPO MICRO-ÔNIBUS E ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO - deverão estar em perfeito estado de conservação e limpeza e ter, no máximo, 8 (oito) anos de fabricação;

#### 4.1.16. Da justificativa acerca da natureza comum do serviço:

4.1.16.1. A natureza comum dos serviços de fretamento, sob demanda, de veículos automotores para atendimento às necessidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) pode ser justificada com base na Lei nº 14.133, de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para a administração pública.

4.1.16.2. O serviço de fretamento de veículos automotores é uma modalidade de transporte que se enquadra no conceito de serviço comum, conforme o artigo 6º, inciso XIII, fundamentada nos seguintes pontos:

Características do serviço: Os serviços de fretamento de veículos automotores apresentam características padronizadas e uniformes, não demandando especificidades técnicas ou diferenciações significativas entre os prestadores de serviço.

Ampla concorrência: O mercado de fretamento de veículos automotores é composto por diversos prestadores de serviço, o que favorece a ampla concorrência entre eles.

Baixo grau de complexidade: Os serviços de fretamento de veículos automotores são de execução simples, não envolvendo etapas ou processos que exijam conhecimentos técnicos especializados.

Disponibilidade no mercado: Há no mercado uma grande quantidade de empresas prestadoras de serviços de fretamento de veículos automotores, o que demonstra a sua natureza comum e a sua capacidade de atendimento à demanda do IFPB.

Ausência de características singulares: Não há aspectos singulares ou especiais nos serviços de fretamento de veículos automotores que justifiquem a sua classificação como serviços técnicos especializados.

4.1.16.3. Esses pontos destacam a importância dos serviços para o funcionamento institucional, bem como o seu papel no atendimento ao interesse público e na promoção da ordem e da identidade institucional.

#### 4.1.17. Dos critérios e práticas de sustentabilidade:

4.1.17.1. A Lei nº 14.133/2021, conhecida como Nova Lei de Licitações, estabelece critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser considerados nas contratações públicas. Nesse sentido, pode-se dizer que a licitação sustentável é o procedimento administrativo formal que contribui para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, mediante a inserção de critérios sociais, ambientais e econômicos nas aquisições de bens e contratações de serviços;

4.1.17.2. A partir deste enfoque tripartite, que constitui o núcleo mínimo do desenvolvimento sustentável, reconhecemos que o desenvolvimento sustentável envolve ainda outras dimensões, tais como a ética, a jurídica e a política;

4.1.17.2.1. O bem estar social relaciona-se com a efetivação de direitos sociais, como saúde, educação e segurança, entre outros, assim como a garantia dos direitos assegurados aos trabalhadores, tais como proibição do trabalho do menor, fixação de salário mínimo, medidas relacionadas à fixação da jornada de trabalho e medidas de proteção à segurança e saúde no ambiente de trabalho, a título de mera exemplificação.

4.1.17.2.2. O desenvolvimento econômico diz respeito à geração e distribuição de riqueza.

4.1.17.2.3. A preservação do meio ambiente constitui importante elo da corrente do desenvolvimento sustentável e impõe que tanto o bem estar social, quanto o desenvolvimento econômico sejam alcançados sem prejuízo do meio ambiente ecologicamente equilibrado, que deve ser mantido e preservado pela geração atual em benefício próprio e das futuras gerações.

4.1.17.2.4. Desta forma, constituem diretrizes de sustentabilidade desta solução a ser observada pela Contratada, entre outras:

- i. Priorizar veículos com baixo consumo de combustível ou que sejam híbridos/eletrodomésticos;
- ii. Estabelecer critérios para limitar as emissões de CO<sub>2</sub> dos veículos contratados;
- iii. Incentivar o uso de veículos movidos a biocombustíveis ou outras fontes de energia alternativas;
- iv. Exigir que os veículos contratados passem por manutenções regulares para garantir seu bom funcionamento e reduzir o consumo de combustível;
- v. Estabelecer medidas para reduzir resíduos gerados pelos veículos, como a separação e destinação adequada de resíduos sólidos;
- vi. Priorizar veículos que atendam a requisitos de acessibilidade, facilitando o transporte de pessoas com mobilidade reduzida;
- vii. Dar preferência a veículos de grande capacidade para reduzir o número de viagens e, conseqüentemente, as emissões de poluentes;
- viii. Exigir, conforme o caso, a instalação de sistemas de monitoramento de emissões nos veículos contratados.
- ix. Estabelecer, quando possível, ações de compensação ambiental, como o plantio de árvores, para neutralizar as emissões de carbono geradas pelo serviço de fretamento.
- x. Exigir, conforme o caso, relatórios periódicos sobre o desempenho ambiental dos veículos contratados, incluindo consumo de combustível, emissões de poluentes, entre outros.

4.1.17.3. Com base no Guia Nacional de Contratos Sustentáveis da Advocacia Geral da União (AGU), 4ª Edição, de agosto de 2021, destacamos a seguir os critérios e práticas de sustentabilidade que podem ser aplicados aos serviços de fretamento sob demanda de veículos automotores para atender às necessidades do IFPB:

4.1.17.3.1. Consumo de combustível e emissões de poluentes:

- i. Utilização de veículos com baixa emissão de poluentes e alta eficiência energética.
- ii. Preferência por veículos que utilizem combustíveis menos poluentes, como o gás natural veicular (GNV), o etanol ou a eletricidade.



iii. Adoção de práticas de condução econômica para reduzir o consumo de combustível e as emissões de poluentes.

4.1.17.3.2. Manutenção e conservação dos veículos:

- i. Realização de manutenções preventivas regulares para garantir o bom estado dos veículos e reduzir o consumo de combustível e as emissões de poluentes.
- ii. Utilização de peças de reposição originais ou de alta qualidade, visando prolongar a vida útil dos veículos e reduzir o descarte de resíduos.

4.1.17.3.3. Gestão de resíduos e reciclagem:

- i. Implantação de programas de coleta seletiva nos veículos e nas instalações utilizadas para o serviço de fretamento.
- ii. Destinação adequada dos resíduos gerados durante a prestação dos serviços, priorizando a reciclagem e a reutilização.

4.1.17.3.4. Eficiência no uso de recursos naturais:

- i. Redução do consumo de água e energia nos veículos e nas instalações utilizadas para o serviço de fretamento.
- ii. Utilização de tecnologias e materiais que contribuam para a redução do consumo de recursos naturais, como sistemas de iluminação LED e materiais reciclados.

4.1.17.3.5. Inclusão social e desenvolvimento local:

- i. Priorização da contratação de empresas locais e/ou que adotem práticas de responsabilidade social, como a contratação de mão de obra local e a promoção da inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

4.1.17.3.6. Transparência e prestação de contas:

- i. Estabelecimento de mecanismos de controle e monitoramento dos impactos ambientais e sociais dos serviços de fretamento, com a divulgação periódica de relatórios de sustentabilidade.

4.1.17.3.7. Educação e conscientização:

- i. Realização de campanhas de conscientização junto aos usuários dos serviços de fretamento, visando promover a adoção de práticas sustentáveis durante o uso dos veículos.

4.1.18. Da justificativa acerca da natureza continuada do objeto:

4.1.18.1. Os serviços prestados de forma contínua, *in casu*, conforme disciplina o inciso XV, do art. 6º, da Lei nº 14.133/2021, são aqueles que, pela sua essencialidade, visam a atender à necessidade pública de forma permanente, contínua e prolongada, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional;

4.1.18.2. Nestes termos, a natureza continuada dos serviços de fretamento, sob demanda, de veículos automotores, para fins de atendimento às necessidades do IFPB, pode ser justificada por diversos motivos, especialmente quando se trata do atendimento às necessidades institucionais de uma organização como o IFPB, os quais destacamos a seguir:

- i. Necessidade de deslocamento constante: O IFPB possui demanda regular de deslocamento de servidores e alunos para participação em eventos, realização de atividades de campo, visitas técnicas, entre outras atividades essenciais para o cumprimento de sua missão institucional.
- ii. Garantia da continuidade das atividades: A interrupção dos serviços de transporte pode comprometer a realização de atividades acadêmicas, administrativas e de extensão, afetando diretamente o funcionamento do IFPB e prejudicando o cumprimento de sua missão de promover a educação, a ciência e a tecnologia.
- iii. Economia de recursos: A contratação de uma empresa especializada em fretamento de veículos sob demanda possibilita a otimização dos recursos públicos, evitando gastos desnecessários com a manutenção de uma frota própria, incluindo aquisição, seguro, manutenção e combustível.
- iv. Flexibilidade e eficiência: Ao contar com uma empresa especializada, o IFPB ganha em flexibilidade e eficiência, podendo ajustar a demanda de veículos de acordo com suas necessidades específicas em cada momento, sem a necessidade de manter uma frota ociosa.
- v. Abrangência territorial: O IFPB possui uma abrangência territorial que requer constantes deslocamentos entre seus diversos campi, unidades e locais de realização de atividades acadêmicas, administrativas e de extensão. Os serviços de fretamento garantem a mobilidade necessária para a integração e o funcionamento harmonioso de todas as unidades do instituto.
- vi. Atendimento a demandas variadas: Os serviços de fretamento sob demanda oferecem a possibilidade de atender a demandas variadas e

pontuais, como viagens de estudo, participação em eventos científicos e culturais, atendendo às necessidades específicas de cada setor, curso ou projeto do IFPB, de forma eficiente e econômica.

4.1.18.3. Portanto, considerando a essencialidade e a continuidade dos serviços de fretamento de veículos automotores para o funcionamento do IFPB, justifica-se plenamente a contratação de uma empresa especializada para atender a essa demanda de forma contínua e prolongada.

4.1.19. Duração inicial do contrato de prestação de serviços de natureza continuada:

4.1.19.1. O prazo de vigência da contratação será de 1 (um) ano, contados a partir da data de sua assinatura do termo de contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.19.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

4.1.19.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

4.1.19.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

4.1.19.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

4.1.20. Garantia de Execução:

4.1.20.1. Será exigida a garantia de contratação, e o Contratado poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia: caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI); seguro-garantia; ou, fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

4.1.20.2. A garantia de execução deverá ser prestada nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total anual do contrato.

4.1.21. Quanto à necessidade da contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas:

4.1.21.1. Não haverá necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas no caso específico da contratação pretendida pela Administração, uma vez que as técnicas utilizadas são de domínio comum, conhecidas da grande maioria, senão de todas as empresas do ramo e não há propriedade intelectual a proteger.

## **5. Levantamento de Mercado**

5.1. Neste tópico urge a importância de pesquisar e determinar as soluções capazes de atender satisfatoriamente os ambientes produtivos que gozam os diversos setores de atuação desta Autarquia – que estão alinhadas aos princípios e regras que regem a Administração.

5.2. Nossa investigação tem o condão de identificar empreendimentos possíveis de aproximar as compras públicas da Administração às práticas adotadas pelo mercado, impondo inovações que se fundamentam no princípio da eficiência, imprimindo um uso racional dos recursos públicos.

5.3. Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa especializada cujo o ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido.

5.4. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros instrumentos convocatórios, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração. Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar. Assim, a variação se dá pela modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa.

5.5. Logo, a contratação dos serviços objeto do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente contratação por órgãos públicos, em todas as suas esferas. Sendo assim, verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas a execução dos serviços, conforme os requisitos estabelecidos neste documento.

## **6. Descrição da solução como um todo**

6.1. A solução consiste na contratação de uma empresa especializada em transporte, que será responsável por fornecer veículos, para atender às necessidades de deslocamento dos servidores, discentes e demais usuários do órgão público. A empresa contratada será encarregada de realizar o transporte de forma eficiente, segura e pontual, garantindo o conforto e a comodidade dos passageiros.

6.2. A solução abrange a disponibilização de uma frota de veículos adequada, considerando a quantidade necessária, a capacidade de transporte e as características dos usuários a serem transportados. Os veículos devem estar em bom estado de conservação, com manutenção regular e em conformidade com as normas de segurança vigentes.

6.3. Além disso, a solução inclui, para alguns casos, a disponibilidade de motoristas treinados e habilitados, que possuam conhecimento das rotas e itinerários a serem percorridos. Os motoristas devem ser responsáveis pela condução segura dos veículos, seguindo as leis de trânsito e adotando práticas de direção defensiva.

6.4. No que diz respeito à manutenção e assistência técnica, quando necessário, a solução requer que a empresa contratada seja responsável pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos, garantindo que eles estejam sempre em bom funcionamento. A assistência técnica deve ser ágil e eficiente, visando minimizar os impactos de eventuais problemas mecânicos e garantir a continuidade do serviço de transporte.

6.5. As justificativas técnicas para a escolha dessa solução incluem a necessidade de contar com uma frota adequada e motoristas qualificados para atender às demandas de transporte dos usuários, garantindo a eficiência e a pontualidade nos deslocamentos. Além disso, a terceirização do transporte permite reduzir custos operacionais, evitando investimentos iniciais em frota própria e otimizando a gestão dos recursos.

6.6. As justificativas econômicas estão relacionadas à possibilidade de obter serviços de transporte a preços competitivos por meio da contratação de empresas especializadas, que possuem escala e experiência no setor. Além disso, a terceirização do transporte permite evitar gastos contínuos de manutenção, reparos e renovação da frota, contribuindo para uma melhor gestão dos recursos financeiros.

6.7. Assim, a Administração transfere à empresa especializada, adjudicatária, a atribuição de disponibilizar os serviços conforme disposições a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE
1	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR - TIPO VAN EXECUTIVA: para atender a deslocamentos, IDA e VOLTA, para qualquer cidade dentro ou fora do Estado da Paraíba, com capacidade mínima de 15 (quinze) passageiros, com motorista devidamente uniformizado e identificado com crachá, som ambiente, ar condicionado higienizado, cinto de segurança para todos os passageiros e motorista, air bag - em conformidade com as resoluções do CONTRAN que disciplinam a matéria, com janelas de emergência dotadas de mecanismos de abertura do tipo ejetável, freios ABS, em perfeito estado de conservação e com no máximo 5 (cinco) anos de fabricação. Sistema de remuneração por quilômetro rodado, com franquia mínima de 100 km, para viagens de ida e volta.	25089	Serviço
	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR - TIPO MICRO-		

2	ÔNIBUS: para atender a deslocamentos, IDA e VOLTA, com seguro total, para qualquer cidade dentro ou fora do Estado da Paraíba, com capacidade mínima de 22 (vinte e dois) passageiros, com motorista devidamente uniformizado e identificado com crachá, som ambiente, ar condicionado higienizado, cinto de segurança para todos os passageiros e motorista, air bag - em conformidade com as resoluções do CONTRAN que disciplinam a matéria, com janelas de emergência dotadas de mecanismos de abertura do tipo ejetável, em perfeito estado de conservação e com no máximo 8 (oito) anos de fabricação. Sistema de remuneração por quilômetro rodado, com franquia mínima de 100 Km, para viagens de ida e volta.	25089	Serviço
3	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR - TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO: para atender a deslocamentos, IDA e VOLTA, com seguro total, para qualquer cidade dentro ou fora do Estado da Paraíba, com capacidade mínima para 40 (quarenta) passageiros, com motorista devidamente uniformizado e identificado com crachá, som ambiente, ar condicionado higienizado, cinto de segurança para todos os passageiros e motorista, air bag - em conformidade com as resoluções do CONTRAN que disciplinam a matéria, com janelas de emergência dotadas de mecanismos de abertura do tipo ejetável, em perfeito estado de conservação e com no máximo 8 (oito) anos de fabricação. Sistema de remuneração por quilômetro rodado, com franquia mínima de 100 Km, para viagens de ida e volta.	25089	Serviço

6.8. Este estudo aponta que a unidade de fornecimento ideal, no caso dos veículos TIPO VAN EXECUTIVA, MICRO-ÔNIBUS E ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO corresponde é ao valor unitário por quilômetros (km) percorridos, haja visto a eventualidade da utilização dos serviços;

#### 6.9. Dos Veículos Automotores:

6.9.1. O(s) veículo(s) - TIPO VAN EXECUTIVA - deverá(ão) estar em perfeito estado de conservação e limpeza e ter, no máximo, 5 (cinco) anos de fabricação;

6.9.1.1. Para início da prestação do serviços, a disponibilização dos veículos deverá ocorrer na data e horário solicitado e na sede do órgão / entidade Contratante, salvo quando ambas as partes concordarem com a entrega feita em outro local para atender a necessidade dos serviços demandados;

6.9.1.2. Os veículos deverão possuir as seguintes características, e estar equipados com, no mínimo, os seguintes itens: capacidade mínima de 15 (quinze) passageiros, com motorista devidamente uniformizado e identificado com crachá, som ambiente, ar condicionado higienizado, cinto de segurança para todos os passageiros e motorista, air bag (em conformidade com as resoluções do CONTRAN que disciplinam a matéria),

com janelas de emergência dotadas de mecanismos de abertura do tipo ejetável, freios ABS. Sistema de remuneração por quilômetro rodado, com franquia mínima de 100 (cem) km, para viagens de ida e volta com ou sem necessidade de permanência no destino.

6.9.1.3. O serviço será prestado sempre tendo como ponto de partida a sede do órgão/entidade Contratante, mediante solicitação formal;

6.9.1.3.1. O prazo mínimo para solicitação formal dos veículos será de 7 (sete) dias úteis anteriores à data programada para a (s) viagem(ns);

6.9.1.4. O horário de apresentação do veículo (abastecido e com motorista) no local de partida deverá anteceder, no mínimo, 60 (sessenta) minutos do horário inicialmente agendado;

6.9.1.5. As despesas de combustível e motorista devem estar inclusas no preço da Contratada, inclusive aquelas afetas à hospedagem e alimentação do(s) motorista(s), caso necessário. Será computada, a fim de aferir a quilometragem percorrida, apenas os deslocamentos de ida e volta com passageiros, não sendo computada a ida e retorno do veículo ao local de embarque apenas com o motorista.

6.9.2. O(s) veículo(s) - TIPO MICRO-ÔNIBUS - deverá(ão) estar em perfeito estado de conservação e limpeza e ter, no máximo, 8 (oito) anos de fabricação;

6.9.2.1. Para início da prestação dos serviços, a disponibilização dos veículos deverá ocorrer na data e horário solicitado e na sede do órgão / entidade Contratante, salvo quando ambas as partes concordarem com a entrega feita em outro local para atender a necessidade dos serviços demandados;

6.9.2.2. O(s) veículo(s) deverá(ão) possuir as seguintes características, e estar equipados com, no mínimo, os seguintes itens: capacidade mínima de 22 (vinte e dois) passageiros, com motorista devidamente uniformizado e identificado com crachá, som ambiente, ar condicionado higienizado, cinto de segurança para todos os passageiros e motorista, air bag (em conformidade com as resoluções do CONTRAN que disciplinam a matéria), com janelas de emergência dotadas de mecanismos de abertura do tipo ejetável, freios ABS. Sistema de remuneração por quilômetro rodado, com franquia mínima de 100 (cem) km, para viagens de ida e volta com ou sem necessidade de permanência no destino.

6.9.2.3. O serviço será prestado sempre tendo como ponto de partida a sede do órgão/entidade Contratante, mediante solicitação formal;

6.9.2.3.1. O prazo mínimo para solicitação formal dos veículos será de 5 (cinco) dias úteis anteriores à data programada para a (s) viagem (ns);

6.9.2.4. O horário de apresentação do veículo (abastecido e com motorista) no local de partida deverá anteceder, no mínimo, 60 (sessenta) minutos do horário inicialmente agendado;

6.9.2.5. As despesas de combustível e motorista devem estar inclusas no preço da Contratada, inclusive aquelas afetas à hospedagem e alimentação do(s) motorista(s), caso necessário. Será computada, a fim de aferir a quilometragem percorrida, apenas os deslocamentos de ida e volta com passageiros, não sendo computada a ida e retorno do veículo ao local de embarque apenas com o motorista.

6.9.3. O(s) veículo(s) - TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO - deverá(ão) estar em perfeito estado de conservação e limpeza e ter, no máximo, 8 (oito) anos de fabricação;

6.9.3.1. Para início da prestação do serviços, a disponibilização dos veículos deverá ocorrer na data e horário solicitado e na sede do órgão / entidade Contratante, salvo quando ambas as partes concordarem com a entrega feita em outro local para atender a necessidade dos serviços demandados;

6.9.3.2. O(s) veículo(s) deverá(ão) possuir as seguintes características, e estar equipados com, no mínimo, os seguintes itens: capacidade mínima de 40 (quarenta) passageiros, com motorista devidamente uniformizado e identificado com crachá, som ambiente, ar condicionado higienizado, cinto de segurança para todos os passageiros e motorista, air bag (em conformidade com as resoluções do CONTRAN que disciplinam a matéria), com janelas de emergência dotadas de mecanismos de abertura do tipo ejetável, freios ABS. Sistema de remuneração por quilômetro rodado, com franquia mínima de 100 (cem) km, para viagens de ida e volta com ou sem necessidade de permanência no destino.

6.9.3.3. O serviço será prestado sempre tendo como ponto de partida a sede do órgão/entidade Contratante, mediante solicitação formal;

6.9.3.3.1. O prazo mínimo para solicitação formal dos veículos será de 5 (cinco) dias úteis anteriores à data programada para a (s) viagem (ns);

6.9.3.4. O horário de apresentação do veículo (abastecido e com motorista) no local de partida deverá anteceder, no mínimo, 60 (sessenta) minutos do horário inicialmente agendado;

6.9.3.5. As despesas de combustível e motorista devem estar inclusas no preço da Contratada, inclusive aquelas afetas à hospedagem e alimentação do(s) motorista(s), caso necessário. Será computada, a fim de aferir a quilometragem percorrida, apenas os deslocamentos de ida e volta com passageiros, não sendo computada a ida e retorno do veículo ao local de embarque apenas com o motorista.



6.9.4. Em caso de permanência dos veículos que faça uso de motorista, em outro domicílio, fazendo uso de pernoite fora do local de origem, as despesas com alimentação, hospedagem, eventual necessidade médico hospitalar e quaisquer outras despesas que se façam necessárias serão por conta da Contratada.

6.9.5. Os veículos devem possuir seguro contra furto, roubo, incêndio, colisão, danos causados por enchentes e alagamentos, abrangendo danos materiais quanto aos veículos, além de materiais e pessoais quanto a terceiros e sem coparticipação, em âmbito nacional, quando solicitado, além de assistência técnica de 24h, serviço de guincho até 400 km e substituição do veículo em caso de qualquer ocorrência, sem ônus adicional para a Administração. Sendo necessária, inclusive, a cobertura para condutor não identificado.

#### 6.10. Da Documentação

6.10.1. O transporte interestadual de passageiros sob a forma de fretamento dependerá de autorização da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), conforme dispõe o art. 4º, do Decreto n.º 4.130, de 13 de fevereiro de 2002;

#### 6.11. Da Responsabilidade da Contratada

6.11.1. A CONTRATADA responsabilizar-se-á integralmente pelos atos de seus funcionários praticados nas dependências da CONTRATANTE, ou mesmo fora delas, que venham a causar danos a este ou a seus usuários, ou que produza risco ao patrimônio e imagem da CONTRATANTE, com a substituição imediata daqueles funcionários que não respeitarem o padrão de comportamento exigido.

6.12. Caso haja cancelamento da solicitação de veículos, a comunicação deverá ser feita com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência. Caso a comunicação não seja tempestiva, será devido, a título de “no show”, valor que não poderá ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do valor correspondente à franquia mínima estabelecida para o objeto da contratação..

6.13. Os pedidos de fretamento serão feitos à empresa Contratada por meio de Ordem de Serviço, a ser enviada por e-mail, ou outro canal de comunicação disponibilizado pela Contratada, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis anteriores à data programada para a (s) viagem(ns). A execução do serviço será iniciada com a apresentação do veículo, com motorista, em horário e local previamente informados pelo Contratante, por meio da Ordem de Serviço.

6.13.1. Após a solicitação do serviço, a empresa deverá indicar, o mais rápido possível, marca, modelo, ano e placas do(s) veículo(s), bem como o nome e número do telefone celular do motorista ao Contratante. O motorista deverá possuir perfil profissional discreto e cortês, que se apresente com trajes de passeio completo (terno e gravata), em cores sóbrias e sapato social, independentemente do local da missão.

6.13. Essa descrição da solução como um todo visa atender aos requisitos do inciso IV, art. 9º, da IN SEGES n.º 58, de 8 de agosto de 2022, fornecendo uma visão abrangente da proposta de contratação de transporte terceirizado de usuários,

incluindo as exigências relacionadas à manutenção e assistência técnica, quando aplicáveis.

6.14. Todos os demais elementos necessários ao atendimento à demanda da Administração estarão dispostos no Termo de Referência, entre eles as obrigações e responsabilidades da contratada e demais especificidades do objeto.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Para fins de definição das quantidades estimadas para atendimento à demanda que se apresenta foram levados em consideração para uma melhor estimativa de execução dos serviços:

- i. Eventual histórico de utilização dos últimos 12 (doze) meses, provenientes de contratos pactuados no período, para atendimento às respectivas unidades;
- ii. Sazonalidades conhecidas ou períodos com grande variação de volume de utilização dos serviços;
- iii. Projeção para o futuro, considerando o tamanho e a idade avançada da frota dos veículos automotores institucionais;
- iv. Consulta a outros órgãos da Administração com perfil, necessidades ou demandas semelhantes para uma comparação;

7.2. Diante de todo o exposto, as estimativas de consumo total dos serviços, que melhor se enquadram as peculiaridades de atendimento à atual necessidade deste órgão e de suas respectivas unidades, salientando que as mesmas poderão optar pelo item que mais se amolda a sua realidade operacional, são:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE
1	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR - TIPO VAN EXECUTIVA: para atender a deslocamentos, IDA e VOLTA, para qualquer cidade dentro ou fora do Estado da Paraíba, com capacidade mínima de 15 (quinze) passageiros, com motorista devidamente uniformizado e identificado com crachá, som ambiente, ar condicionado higienizado, cinto de segurança para todos os passageiros e motorista, air bag - em conformidade com as resoluções do CONTRAN que disciplinam a matéria, com janelas de emergência dotadas de mecanismos de abertura do tipo ejetável, freios ABS, em perfeito estado de conservação e com no máximo 5 (cinco) anos de fabricação. Sistema de remuneração por quilômetro rodado, com franquia mínima de 100 km, para viagens de ida e volta.	25089	Quilômetro Rodado	79.400
	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR - TIPO			

2	MICRO-ÔNIBUS: para atender a deslocamentos, IDA e VOLTA, com seguro total, para qualquer cidade dentro ou fora do Estado da Paraíba, com capacidade mínima de 22 (vinte e dois) passageiros, com motorista devidamente uniformizado e identificado com crachá, som ambiente, ar condicionado higienizado, cinto de segurança para todos os passageiros e motorista, air bag - em conformidade com as resoluções do CONTRAN que disciplinam a matéria, com janelas de emergência dotadas de mecanismos de abertura do tipo ejetável, em perfeito estado de conservação e com no máximo 8 (oito) anos de fabricação. Sistema de remuneração por quilômetro rodado, com franquia mínima de 100 Km, para viagens de ida e volta.	25089	Quilômetro Rodado	107.400
3	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR - TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO: para atender a deslocamentos, IDA e VOLTA, com seguro total, para qualquer cidade dentro ou fora do Estado da Paraíba, com capacidade mínima para 40 (quarenta) passageiros, com motorista devidamente uniformizado e identificado com crachá, som ambiente, ar condicionado higienizado, cinto de segurança para todos os passageiros e motorista, air bag - em conformidade com as resoluções do CONTRAN que disciplinam a matéria, com janelas de emergência dotadas de mecanismos de abertura do tipo ejetável, em perfeito estado de conservação e com no máximo 8 (oito) anos de fabricação. Sistema de remuneração por quilômetro rodado, com franquia mínima de 100 Km, para viagens de ida e volta.	25089	Quilômetro Rodado	182.800

7.3. As quantidades estipulados são razoáveis e compatíveis com a realidade, considerando que foram utilizados como parâmetro de orientação os temas comuns ao ambiente administrativo e operacional das unidades que compõem a estrutura Multicampi do IFPB.

7.3.1. As estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s) encontrar-se-ão disponibilizadas no Anexo I-A, do instrumento convocatório.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 3.582.516,00

8.1. Para a estimativa dos preços referenciais da contratação, foi utilizada como parâmetros as disposições contidas no seguinte normativo:

i. Instrução Normativa SG/SEDGGD/ME n.º 65, de 7 de julho de 2021;

8.2. O custo estimado da contratação é de **R\$ 3.582.516,00 (três milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, quinhentos e dezesseis reais)**, e encontra-se pormenorizado em planilha demonstrativa de preços unitários e totais acostada aos autos do processo.

8.3. Da metodologia aplicada à política de preços:

8.3.1. De acordo com a Instrução Normativa SG/SEDGGD/ME n.º 65, de 7 de julho de 2021, a qual dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, a pesquisa de preços:

[...]

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de

antecedência da data de divulgação do edital; ou  
V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

8.3.2. A pesquisa de preço foi realizada utilizando-se, como parâmetros, os incisos I, II e IV, em conformidade com as disposições do supracitado normativo, para obtenção do preço de referência. Foi utilizado como método para obtenção do preço estimado a média e ou mediana dos valores obtidos na pesquisa de preços, da qual incidiu sobre um conjunto de três ou mais preços de acordo com o art. 6º da referida instrução normativa.

8.3.3. Na pesquisa de preços, foram observadas, também, as condições comerciais praticadas no mercado local, incluindo prazos e local de entrega, frete, garantia exigida e marcas e modelos, quando for o caso.

## **9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

9.1. Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do art. 40 da Lei n.º 14.133/21, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

9.2. O parcelamento é o ato tendente a realizar a divisão do objeto, em itens ou lotes, sempre que, for idealizado que com tal segmentação urge a possibilidade de ampliação da competitividade, sem que haja prejuízo aos aspectos técnicos e, dessa forma, aumentar a chance de obter melhores propostas, e, consequentemente, preservar a economia de escala. No entanto, no caso em questão, a contratação de serviços de fretamento sob demanda de veículos automotores, o agrupamento dos itens, considerando os locais de prestação (municípios/regiões) parece ser a medida mais sensata devido às especificidades da execução do objeto, e fundamentalmente pelas razões a seguir:

i. Considerações Geográficas: A extensa territorialidade do estado implica em diferentes demandas e condições para a prestação dos serviços de fretamento. Agrupar os itens de acordo com os locais de prestação (municípios/regiões) permite uma melhor adequação às necessidades específicas de cada área.

ii. Otimização da Logística: Ao agrupar os itens conforme os locais de prestação, é possível otimizar a logística de prestação dos serviços, reduzindo custos operacionais e garantindo uma execução mais eficiente do contrato.

iii. Preservação da Competitividade: O agrupamento dos itens considerando os locais de prestação (municípios/regiões) não compromete a competitividade do processo licitatório. Pelo contrário, permite uma participação mais equitativa de fornecedores, inclusive de empresas locais ou regionais, sem prejudicar a economia de escala.

9.3. A decisão de agrupar os itens considerando a necessidade de contratar uma única empresa para a execução dos serviços de fretamento sob demanda de veículos automotores se justifica, ainda, pelas seguintes razões:

i. Simplificação do Processo de Contratação: Contratar uma única empresa simplifica o processo de contratação, reduzindo a complexidade administrativa e os custos relacionados à gestão de múltiplos fornecedores.

ii. Responsabilidade Única: Ao contratar uma única empresa, fica mais fácil estabelecer responsabilidades claras e diretas, simplificando a gestão do contrato e reduzindo o risco de conflitos entre fornecedores.

iii. Coordenação Eficiente: Uma única empresa responsável pela execução de todos os serviços de fretamento sob demanda permite uma coordenação mais eficiente das operações, garantindo maior eficácia na prestação dos serviços.

iv. Padronização da Qualidade: Contratar uma única empresa facilita a padronização da qualidade dos serviços prestados, pois todos os serviços serão realizados de acordo com os mesmos padrões e procedimentos operacionais.

v. Redução de Custos: A concentração dos serviços em uma única empresa pode resultar em economias de escala e, consequentemente, em custos mais baixos para a administração pública.

vi. Maior Controle e Supervisão: Agrupar os itens sob a responsabilidade de uma única empresa facilita o controle e a supervisão dos serviços, garantindo maior eficiência na gestão do contrato.

vii. Facilidade de Comunicação: Com uma única empresa responsável por todos os serviços, a comunicação é simplificada, facilitando a resolução de problemas e a implementação de mudanças quando necessário.

9.4. Diante dos motivos expostos, dado os aspectos técnicos e econômicos envolvidos para a pretensa contratação, sugere-se o parcelamento territorial, com a divisão do objeto que compõe a solução de fretamento de veículos automotores - TIPO VAN EXECUTIVA, MICRO-ÔNIBUS E ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO, em grupos de itens considerando os locais de prestação (municípios / regiões), dada as especificidades da execução do objeto, a qual considera-se imperiosa devido a extensa territorialidade do nosso Estado. Tem-se a percepção de que configurar esta

contratação em grupo único, embora possa acarretar preços mais baixos, certamente, iria restringir demasiadamente a competitividade, ou ainda, poderia torná-la inviável.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não se faz necessária a realização de demais contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido, nem há pretensão de realizar contratações futuras para que o objetivo desta contratação seja atingido, razão pela qual este item não será considerado no planejamento.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação coaduna-se com o Planejamento Estratégico, consistindo em atividade essencial à manutenção das atividades fins do órgão, considerando a sua natureza essencial, além do que os mesmos tem por objetivo atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional, encontrando respaldo institucional conforme previsão no Plano de Desenvolvimento Institucional [O plano estratégico do IFPB está consubstanciado no Planejamento Estratégico Decenal – PLANEDE 2025.]

11.2. O Plano Estratégico Institucional - PLANEDE 2025, estabelece, entre outras, os seguintes objetivos, metas e desafios, conforme o quadro a seguir:

PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL - PLANEDE 2025		
TIPO	ITEM	DESCRIÇÃO
Objetivos Estratégicos	<b>F04</b> Reduzir os gastos com custeio para a conversão em Capital / Investimento para aplicação em eficiência energética, hídrica, de emissão de CO <sup>2</sup> e gestão de resíduos nos Campi e nos prédios administrativos da Reitoria	Redução dos gastos com custeio para a conversão em Capital / Investimento, visando:  Aplicação em eficiência energética, hídrica, redução de emissão de CO <sup>2</sup> (principalmente gerada pela frota de veículos oficiais) e gestão de resíduos nos Campi e nos prédios administrativos da Reitoria; e,  Alocação de recursos para reestruturação / requalificação de laboratórios, reformas de salas e aquisição de equipamentos necessários para as atividades de ensino-pesquisa-extensão.

Objetivos Estratégicos	<b>S05</b> Fortalecer a marca IFPB no Estado da Paraíba e na região Nordeste, assim como zelar pela imagem institucional integrada à sustentabilidade com a comunicação de fatos e informações relevantes a todas as partes interessadas, internas e externas	Fortalecimento da "marca IFPB" no Estado da Paraíba e na região Nordeste, zelando: i. pela imagem institucional integrada à Sustentabilidade; ii. pela comunicação interna e externa; iii. pela disseminação de informações e fatos relevantes a todas as partes interessadas; e, iv. pela integração dos canais institucionais de comunicação, contemplando as formas de mídia digital (online) e impressa (offline).
Meta Institucional	<b>M22</b> Reduzir o consumo médio de combustível baseado em petróleo/combustível fóssil por veículo da frota do IFPB em 4% ao ano sobre uma linha de base de 2015	-

11.3. A contratação encontra-se alinhada, ainda, à oportunização da manutenção de fatores críticos de sucesso institucional, indicados a seguir:

TIPO	DESCRIÇÃO
Fatores Críticos de Sucesso	<b>FCS13</b> Boas condições de trabalho com locais adequadamente iluminados e ventilados, móveis que ofereçam conforto mínimo necessário, ausência (sempre que possível) de barulho e outros perturbadores do gênero, máquinas e equipamentos modernos e em boas condições, material de uso de boa qualidade, sistemas informatizados de apoio administrativo, recursos de comunicação (conectividade: telefone, internet, videoconferência) e locomoção entre os Campi e prédios da Reitoria
Fatores Críticos de Sucesso	<b>FCS45</b> Manutenção de uma imagem institucional favorável no Estado da Paraíba e na Região Nordeste, de modo a beneficiar-nos frente à opinião pública, governo e comunidade acadêmica.

11.4. Os serviços elencados têm sua importância técnica-operacional para o desenvolvimento hábil dos trabalhos desempenhados pelo Órgão, uma vez que estes foram definidos de forma a atender precisamente as necessidades identificadas, dotados de requisitos mínimos para a satisfação da expectativa da contratação, não sendo desarrazoados ou de luxo.

11.5. Por fim, ratifica-se que a presente demanda decorre de fato previsível, e encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual 2024, em conformidade com às disposições do art. 6º, do Decreto n.º 10.947, de 25 de janeiro de 2022, consignado no relatório extraído do sistema PGC.



## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

12.1. Tem-se em vista, com a instituição do procedimento, a preservação o caráter ininterrupto das atividades administrativas e operacionais do IFPB, agindo de forma planejada, a fim de prevenir riscos e prejuízos ao Erário, ambicionando melhorias de gestão – tais como o aumento do poder de barganha e a obtenção de economia de escala.

12.2. Assim, instaura-se a licitação centralizada, para eventuais e futuras contratações descentralizadas em favor das unidades que compõem à presente Autarquia, visando atender à todas as demandas acadêmicas e administrativas das unidades do IFPB no que se refere ao serviço de transporte, permitindo a realização de suas atividades e cumprimento de suas funções institucionais, proporcionando desse modo um serviço eficaz, eficiente, ágil e seguro.

12.3. Em termos de economicidade, é explícito o custo-benefício em favor da Instituição optando por contratar conforme solução proposta no presente Estudo Técnico Preliminar. Além disso, tal modalidade de contrato é uma tendência em crescente já consolidada tanto na iniciativa privada como em órgãos públicos do Poder Executivo, Administração Direta e Indireta, bem como pelos demais poderes da República, consequência das inúmeras vantagens que oferece, em consonância com a visão de futuro da alta direção do IFPB.

12.4. Desta forma, com a presente contratação a instituição almeja alcançar, sob os aspectos da economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais, e financeiros disponíveis, inclusive do ponto de vista da sustentabilidade ambiental, os seguintes benefícios:

- i. Redução de procedimentos administrativos para a Diretoria de Comunicação, Manutenção e Logística, aumentando a transparência e a precisão das informações;
- ii. Aumento na eficiência operacional quanto à celeridade e produtividade na execução das atividades administrativas;
- iii. Maximização dos resultados da governança administrativa;
- iv. Assegurar o devido e regular apoio ao funcionamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão e contribuir para o bom andamento e eficiência das rotinas administrativas da instituição;
- v. Melhoria na qualidade de vida dos usuários, com a oferta de um serviço de transporte eficiente e confortável melhorando a qualidade de vida dos usuários, reduzindo o estresse e o tempo gasto em deslocamentos, além de proporcionar maior segurança e comodidade;
- vi. Aumento de credibilidade para a instituição entre os servidores, discentes, colaboradores terceirizados;

12.5. Desta forma, a instituição poderá cumprir seu dever institucional, com eficiência e eficácia, oferecendo à sociedade um serviço de qualidade reconhecida, com o melhor aproveitamento possível dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive, observando-se as políticas de responsabilidade ambiental adotadas por este Órgão.

### **13. Providências a serem Adotadas**

13.1. Visando a correta execução do contrato, a Administração deverá executar minimamente as seguintes ações e ou providências:

13.1.1. Providenciar, após a contratação, a designação de servidores com perfil adequado para fiscalização de cada contrato especificando, claramente, as atribuições e responsabilidades de cada partícipe, de acordo com o estabelecido pela Lei n.º 14.133/21, realizando, se necessário, um curso de capacitação para deslindar as particularidades da contratação;

13.1.2. Acompanhar rigorosamente as ações previstas na contratação apresentados para a realização das adequações e melhorias no objeto a ser contratado;

13.1.3. Garantir que os recursos orçamentários-financeiros necessários para a execução do objeto estejam disponíveis e adequadamente alocados no orçamento;

13.1.4. Identificar os principais riscos associados à execução do objeto e desenvolver planos de contingência para lidar com eventuais imprevistos;

### **14. Possíveis Impactos Ambientais**

14.1. Considerando o que dispõe o art. 7º, XI, da Lei n.º 12.305/2010, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos, é imperativo que os bens e serviços envolvidos nesta contratação considerem critérios compatíveis com os padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

14.2. Todos os processos envolvidos na execução desse objeto sejam de extração, fabricação, utilização ou descarte de materiais e serviços devem estar revestidos de preocupação com a sustentabilidade ambiental e totalmente de acordo com as imposições normativas editadas pelos órgãos de proteção ao meio ambiente.

14.3. A terceirização de transporte de servidores no âmbito dos órgãos da Administração Pública Federal do Brasil pode ter impactos ambientais que precisam ser considerados. Alguns dos principais impactos ambientais decorrentes desse modelo são:

- i. Emissões de gases de efeito estufa (GEE): O uso de veículos para transporte de usuários pode resultar na emissão de gases de efeito estufa, contribuindo para o aquecimento global e as mudanças climáticas;
- ii. Poluição do ar: A queima de combustíveis fósseis pelos veículos utilizados no transporte pode gerar emissões de poluentes atmosféricos, como dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), óxidos de nitrogênio (NO<sub>x</sub>) e material particulado, que afetam a qualidade do ar e a saúde humana;
- iii. Consumo de combustíveis e recursos naturais: O uso de veículos para transporte consome recursos naturais não renováveis, como combustíveis fósseis, além de contribuir para a dependência desses recursos;

14.4. Para mitigar os riscos e impactos ambientais decorrentes da terceirização de transporte de servidores, algumas ações podem ser adotadas:

- i. Estabelecer critérios ambientais na seleção das empresas terceirizadas: incluir critérios ambientais no processo de seleção de empresas terceirizadas, levando em consideração fatores como a frota de veículos utilizados, a idade e a eficiência energética dos veículos, bem como a política ambiental da empresa;
- ii. Incentivar o uso de veículos mais eficientes e com baixas emissões: estimular a adoção de veículos com baixas emissões de CO<sub>2</sub> e maior eficiência energética, como veículos elétricos, híbridos ou a gás natural;
- iii. Promover o uso compartilhado de veículos: A adoção de políticas que incentivem o compartilhamento de veículos entre os servidores pode reduzir a quantidade de veículos em circulação, resultando em menor consumo de combustível e emissões de GEE;
- iv. Implementar programas de conscientização e treinamento: A conscientização dos servidores sobre práticas sustentáveis de transporte, como a carona solidária, o uso de transporte público e o incentivo ao uso de meios de transporte não motorizados (como bicicletas), pode contribuir para a redução do impacto ambiental;
- v. Monitorar e relatar as emissões e o consumo de recursos: estabelecer sistemas de monitoramento e relatório das emissões de GEE e do consumo de recursos naturais decorrentes da terceirização de transporte, visando identificar oportunidades de melhoria e estabelecer metas de redução;

14.5. É fundamental que Instituição adote uma abordagem proativa para mitigar os impactos ambientais, alinhando-se com princípios de sustentabilidade e contribuindo para a preservação do meio ambiente.

14.6. Por fim, depreende-se deste estudo que cabe ao setor responsável pela operacionalização estabelecer critérios para utilização dos produtos e serviços mais sustentáveis (etanol, biodiesel, lavagem ecológica etc.) em detrimento dos demais, sempre que possível.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.


### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Diante de toda a análise desenvolvida no presente instrumento, a contratação mostra-se **VIÁVEL** em termos de viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação, consoante inciso XIII, Art. 9º, da IN SG/SEDGGD/ME n.º 58, de 8 de agosto de 2022, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação.


15.2. A contratação dos serviços objeto do presente planejamento não se enquadra nos pressupostos para a decretação de sigilo, nos termos da Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente  
 **JOAO MIGUEL NETO**  
Data: 06/05/2024 12:00:13-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**JOAO MIGUEL NETO**  
Membro da Equipe de Planejamento

Documento assinado digitalmente  
 **DULCICLEIDE DOS SANTOS BARROS MANGUEIRA**  
Data: 06/05/2024 12:12:20-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**DULCICLEIDE DOS SANTOS BARROS MANGUEIRA**  
Membro da Equipe de Planejamento